



## APRESENTAÇÃO DOSSIÊ “SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA”

*Edna Maria de Araújo<sup>1</sup>*

*Hilton Pereira da Silva<sup>2</sup>*

No Brasil, o papel do racismo e discriminação nas condições de vida da população negra vem sendo destacado há muito tempo pelas Ciências Sociais. As pesquisas produzidas nessa área foram e ainda são fundamentais para desvelar a pior posição social dos negros no acesso a educação, emprego e moradia. As primeiras inserções do tema Saúde da População Negra nas ações governamentais, no âmbito estadual e municipal, ocorreram na década de 1980 e foram formuladas por ativistas do Movimento Social Negro e pesquisadores. Entretanto, no campo das Ciências da Saúde a produção científica sobre a temática dentro da área da Saúde Pública teve início nos anos 1990 tendo como motivação as evidências levantadas pelas Ciências Sociais e a pressão dos movimentos sociais, com destaque para o Movimento de Mulheres Negras que conferiu maior visibilidade às questões específicas da mulher negra, sobretudo aquelas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva. Outro marco impulsionador das questões raciais na agenda da saúde foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, que se tornou um símbolo da luta por condições dignas de saúde para a população por estabelecer a saúde como direito universal de cidadania e dever do Estado. Cabe destaque, como outro marco importante, a introdução pela Assembléia Nacional Constituinte do sistema de seguridade social na Constituição Federal de 1988, do qual a saúde passou a fazer parte como direito universal, independentemente de cor, raça, religião, local de moradia e orientação sexual, a ser provido pelo SUS. (Brasil, 1988, art. 194).

Na década de 1990, o governo federal passou a se ocupar do tema, em atenção às reivindicações da Marcha Zumbi dos Palmares, realizada em 20 de novembro de 1995, o que resultou na criação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra e do Subgrupo Saúde (GTI). Em abril do ano seguinte, o GTI organizou a Mesa Redonda sobre Saúde da População Negra que discutiu a introdução do quesito cor nos sistemas de informação de mortalidade e de nascidos vivos; a

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Feira de Santana.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará.



elaboração da Resolução 196/1996, que introduziu, dentre outros, o recorte racial em toda e qualquer pesquisa envolvendo seres humanos, e a recomendação de implantação de uma política nacional de atenção às pessoas com anemia falciforme. Todo esse movimento culminou com a aprovação de uma política transversal ao Sistema Único de Saúde (SUS) denominada Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) pelo Conselho Nacional de Saúde em 2006, cujo objetivo geral é promover a equidade em saúde da população negra, priorizando o combate ao racismo e a discriminação nas instituições e serviços do SUS. Essa política foi instituída pela portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, e, em 20 de julho de 2010, a PNSIPN foi oficializada através da Lei 12.288. Dentre as suas estratégias de gestão está estabelecido o fomento à priorização de pesquisa de linhas e temas pertinentes à saúde da população negra.

Visando atender a essa estratégia, esse *Dossiê* “Saúde da População Negra” da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – Revista da ABPN – apresenta produção científica diversa sobre problemas sociais, diferenciais raciais e étnicos, e avaliação de políticas públicas e os seus impactos sobre a saúde das populações negras. A finalidade dessa publicação é dar visibilidade a produção científica nacional e também internacional sobre a temática Saúde da População Negra e outras populações em situação de vulnerabilidade. A abordagem sobre raça/cor é feita do ponto de vista histórico-social. São ao todo 11 artigos sendo um deles de autoria internacional.

O Dossiê se organiza em quatro partes. Na primeira a descrição da política nacional de saúde da população negra e indígena no Brasil e o conhecimento dos direitos de acesso dessas populações são contemplados no artigo “*Relato sobre as políticas de saúde da população negra e indígena no Brasil*”. Em seguida, a análise sobre de que forma o Programa Mais Médicos tem contribuído para a atenção primária à saúde em comunidades remanescentes de quilombos constitui o objetivo principal do artigo “*Projeto Mais Médicos para o Brasil: estudo de caso em Comunidades Quilombolas*”. A avaliação da composição dos Conselhos de Saúde de municípios da Bahia, a identificação de representatividade de entidades negras nesses Conselhos, assim como a análise das propostas de controle social apresentadas pelos conselhos são o propósito do estudo denominado “*Estruturação dos conselhos municipais de saúde na Bahia para o controle social: um estudo de linha de base*”. Na segunda parte do Dossiê,



uma análise do planejamento da gravidez de mulheres usuárias de serviços públicos de saúde, segundo a raça/cor foi realizada no artigo *“Determinantes do planejamento da gravidez, segundo a raça/cor”*.

Na sequência, a análise das concepções/representações sociais, concepções sobre liberdade, violência, racismo e discriminações presentes nos discursos de mulheres negras e quilombolas inseridas em relações conjugais é trazida no artigo *“Liberdade, violência, racismo e discriminações: Narrativas de mulheres negras e quilombolas do sudoeste da Bahia/Brasil”*. Na terceira parte, aspectos da epidemiologia da Doença Falciforme no mundo, na Amazônia e no Estado do Pará são analisados em seu aspecto biossocial no artigo *“O Contexto epidemiológico e biossocial da Doença Falciforme no Pará, Amazônia, Brasil”*. A abordagem sobre Doença Falciforme continua no artigo *“Experiências afetivas e sexuais de homens com doença falciforme e úlceras de perna”*, que visa compreender as experiências afetivas e sexuais de homens doença. Esta parte prossegue com o artigo *“Mortalidade masculina segundo a raça/cor da pele em estados do Nordeste e Sudeste do Brasil, 2009-2011”* sobre a tendência temporal da mortalidade masculina por causas externas, doenças do aparelho circulatório e neoplasias para a Bahia, e a taxa média de variação linear da mortalidade por causas externas para os estados do Nordeste, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro, segundo a raça/cor da pele, e se completa com o artigo *“Doenças crônicas e os determinantes sociais da saúde em comunidades quilombolas do Pará, Amazônia, Brasil”* que discute a prevalência de doenças crônicas em um grupo de populações quilombolas localizadas no nordeste paraense, relacionando-as com os Determinantes Sociais de Saúde (DSS).

A última parte do Dossiê traz o artigo *“Racismo biológico e suas implicações no ensinar-cuidar a Saúde da População Negra”*, que faz uma discussão sobre racismo no contexto da formação em enfermagem, explicitando as formas de manutenção dessa ideologia na educação e suas implicações no cuidado de saúde da população negra. Finalmente, os desafios centrais enfrentados por comunidades com poucos recursos ao acessarem cuidados primários de saúde para as doenças não-transmissíveis e a incorporação simultânea de medicina complementar, alternativa, indígena e tradicional na África do Sul são discutidos no artigo *“Establishing a platform for integrative medicine in resource constrained communities in South Africa: embracing indigenous knowledge and traditional (herbal) medicine practice”*, que faz o fechamento do Dossiê.

Todos os artigos que compõem esse Dossiê representam os esforços empreendidos por pesquisadores de diferentes regiões do Brasil e também da África do Sul para dar visibilidade aos diferenciais de raça/cor e seus efeitos deletérios sobre a saúde da população negra. Espera-se que as relevantes questões sociais discutidas e os resultados apresentados possam contribuir não apenas para o acúmulo do conhecimento acadêmico, mas também para a prática dos trabalhadores de saúde e fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Boa Leitura!